A QUESTÃO DA RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS EM ECONOMIA

Eleutério F. S. Prado

1. Introdução

Arida escreveu no começo da década dos oitenta um ensaio que se tornou um marco nas discussões metodológicas travadas entre os economistas acadêmicos brasileiros. Em *A história do pensamento econômico como teoria e retórica* (Arida, 1991), procurou apresentar, na esfera da Economia, o que ele mesmo denominou de *"deslocamento em direção à retórica e a hermenêutica"*, movimento de cunho cultural então em processo de ocorrência em todas esferas das ciências sociais. A partir do vínculo entre o aparecimento do *homo economicus* maximizador de utilidade, inspirado segundo ele na mecânica clássica, e a teoria marginalista, menciona aí, confiantemente, que, sob a força deste movimento, emergirá uma nova teoria econômica, a qual virá a corresponder uma nova figura de agente econômico.

Escapando, entretanto, daquilo que se afigura como mera especulação, Arida vai procurar mostrar que esse deslocamento se impõe como necessário dentro do movimento interno da própria ciência econômica. A sua linha central de argumentação é a seguinte: há desenvolvimento em Economia, mas o modo pelo qual ocorre a superação das teorias não tem sido apreendido corretamente. O progresso, segundo ele, não se dá na forma de um constante aperfeiçoamento e renovação das teorias existentes pelo método de submetê-las a testes empíricos, mais ou menos decisivos, mas sim por meio de um processo complexo de argumentação, que se dá tanto internamente às tradições teóricas existentes no campo desta ciência — quanto entre elas. Daí que se torne crucial para ele entender a questão da resolução das controvérsias em Economia nos planos da teoria e da história do pensamento econômico, simultaneamente.

Para mostrar a validade de sua tese, discute, então, dois modelos (os quais considera "tipos ideais" weberianos) por meio dos quais se apresenta e se ensina Economia atualmente, os quais denomina de "hard science" e "soft science". O seu objetivo inicial é mostrar como ambos esses modelos são inadequados para compreender o problema do desenvolvimento da teoria econômica. Havendo atingido este fim intermediário, apresenta então uma tese sobre como se resolvem as controvérsias nesta ciência: segundo ele, elas se resolvem retoricamente, segundo certas regras de argumentação que se pode considerar estáveis e consensuais. Mas se assim é — como a retórica[1] é entendida como a arte do convencimento mas também da persuasão —, como fica a questão da verdade possível das teorias econômicas?

A resposta a esta última questão não é simples. Antes de mais nada é preciso ver que Arida, na elaboração de seu texto, combina concepções derivadas da *Metodologia econômica* de Granger (1955), da *Teoria da comunicação*[2] de Habermas e do *Tratado da argumentação* de Perelman (1996). No entendimento da ciência econômica inspira-se em Granger e adota uma ótica construtivista, a qual é consistente com a atribuição de um papel à retórica e à interpretação na solução das controvérsias. Como recusa, entretanto, o ceticismo e o relativismo, na resposta à dúvida acima, busca amparo na teoria da verdade consensual de

---

[1] Assume-se aqui que retórica no texto de Arida significa predominantemente, seguindo Aristóteles, a arte de construir um discurso e de apresentá-lo de modo que seja persuasivo e convincente. Sem poder evitar uma certa ambiguidade, retórica pode designar aqui, também, o mesmo que nova retórica, termo criado por Perelman para substituir o termo dialética, tal como era empregado por Aristóteles. Segundo aquele autor, não convém no século XX empregar o termo dialética em seu sentido antigo, ainda que disto se trate, pelo fato dele se encontrar muito associado ao hegelianismo e ao marxismo. Dialética, para Aristóteles, designa os meios de prova ou as formas de raciocinar na esfera das questões discursivas, controversas, prováveis onde não se chega à certezas, mas à probabilidades.

[2] Neste caso, a fonte imediata de Arida parecer ter sido o último capítulo, *Fundamentos: uma teoria da comunicação*, do livro de McCarthy, *A teoria crítica de Jürgen Habermas* (1978).

Habermas, pressupondo que há compatibilidade entre a perspectiva metodológica construtivista que adota e a teoria da comunicação deste último autor.

Parte-se aqui da seguinte consideração sobre o artigo de Arida: em síntese, crê-se que ele é importante e que aponta de algum modo para coisas relevantes, sem conseguir, entretanto, chegar a uma solução satisfatória. Supõe-se, assim, que o seu texto apresenta algumas dificuldades que requerem não apenas algum esclarecimento[3], mas também uma certa reorientação. Não se pretende desenvolver aqui, entretanto, tudo o que se afigura como necessário para apresentar uma perspectiva metodológica que se possa considerar mais adequada para a ciência econômica. O que se faz é caminhar um pouco nesse sentido, deixando algumas questões em aberto.

Depois de apresentar brevemente os dois modelos antes mencionados, assim com as suas fraquezas na visão crítica do próprio Arida, vai-se procurar retomar e rediscutir a sua solução para as questões da resolução das controvérsias em Economia e do desenvolvimento da teoria econômica. Para tanto, primeiro, faz-se uma reconstrução da posição metodológica adotada por Arida, a qual permanece em grande medida implícita em seu texto. Investiga-se, depois, os conceitos de saber hermenêutico e de saber reconstrutivo, os quais são cruciais para um entendimento do modo como Arida enfrenta o seu problema. Certos desenvolvimentos do pensamento de Habermas são, então, retomados com o objetivo de lançar um pouco mais de luz sobre essas duas questões interligadas.

Antes de passar à mencionada apresentação, é preciso notar que o amplo campo dos estudos econômicos abrange três diferentes grandes áreas, as quais são não só dependentes entre si, mas também interpenetrantes até certo ponto[4]. A primeira é a economia científica ou ciência econômica propriamente dita que busca desenvolver concepções teóricas para descrever, prever, explicar, controlar etc. os funcionamentos do sistema econômico, estudando assim as ações, as estruturas e as instituições com uma orientação prospectiva e um interesse técnico. A segunda grande área é a economia histórica que visa compreender sempre de novo seja o passado do sistema econômico seja o passado das idéias econômicas, mantendo uma orientação retrospectiva e um interesse hermenêutico, os quais se combinam na fusão de horizontes. Finalmente, a terceira vem a ser a economia crítica que procurar revelar as aparências de verdade ou de correção normativa, ou seja, as ideologias do passado e do presente, movida por um interesse trans-histórico em justiça, liberdade e emancipação. Nessa ótica, o foco principal do artigo de Arida é a ciência econômica em sua relação com a história do pensamento econômico, razão pela qual nele se encontram imbricadas questões metodológicas e hermenêuticas.

2. Os dois modelos

Segundo Arida, a Economia é ensinada hoje de acordo com dois modelos, os quais refletem concepções diversas sobre o modo de evolução desta ciência. Apesar de incompatíveis, constata ainda este autor que eles se apresentam combinados — mas não bem integrados — em diferentes proporções nos cursos ministrados no Brasil. Isto se afigura, para ele, como um sinal de que há algo de errado com esses dois modelos e que, por isso, têm de ser superados.

O primeiro deles supõe que a Economia assemelha-se à Física e que se desenvolve tal como esta por meio de uma memória seletiva, que acumula e organiza sempre de um modo melhor as conexões dos fenômenos. Este é o modelo "hard science" que se caracteriza, sobretudo, pela idéia de que todo o saber relevante encontra-se incorporado à fronteira atual do conhecimento. O seu pressuposto é que as contribuições negativas já foram descartadas e que as positivas ou as que ainda parecem positivas encontram-se incorporadas ao estado atual da ciência, de tal modo que o estudante e o estudioso de Economia devem se preocupar exclusivamente com as realizações mais recentes, as quais se encontram presentes nas

---

[3] Algumas destas dificuldades foram apontadas por Anuatti Neto (1994, p. 33-34).

[4] A concepção de que a Economia compõem-se de três áreas de estudo tem origem na teoria dos interesses cognitivos de Habermas. Esta concepção já se encontra implícita em *Economia como ciência* (Prado, 1991), mas o seu emprego aqui foi sugerido pela leitura de uma seção do livro *Beyond rethoric & realism in Economics* de Boylan & O'Gorman (1995, p. 58-60).

publicações científicas dos últimos anos. A conseqüência mais importante desta concepção de progresso científico é que se pode — e mesmo se deve — desprezar toda a história antecedente de pensamento econômico, que no máximo resume o caminho seguido pelo conhecimento até atingir o seu estado atual.

O modelo "soft science", ao contrário, baseia-se na idéia de que a ciência se desenvolve com base na memória das suas realizações mais notáveis, as quais são vistas como irreconciliáveis e incomensuráveis entre si. Segundo esta concepção, o melhor da ciência encontra-se cristalizado nas realizações exemplares de alguns grandes autores que se tornaram clássicos, pois foram capazes de produzir obras que alargaram a compreensão da humanidade sobre as grandes questões para as quais se volta o interesse da ciência. Estas obras são vistas, por isso, como insuperáveis em seu vigor original. O modelo "soft science" recomenda, em conseqüência, ao estudante e ao estudiosos que se concentrem nos clássicos, de tal maneira que a história do pensamento econômico venha a ser a fonte mais importante de conhecimento e o seu estudo se torne a forma por excelência de aprender a ciência econômica. A conseqüência mais importante desta visão é que as realizações teóricas mais recentes passam a ser vistas com desconfiança, tendendo mesmo a serem desprezadas.

Nenhum dos dois modelos é satisfatório para Arida, pois num caso se despreza a história e no outro se despreza a teoria como tal. Por isso, encara como sua tarefa bem caracterizá-los com o objetivo de submetê-los a uma crítica que abra caminho para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da teoria econômica.

Para Arida, a validade do modelo "hard science" depende crucialmente da noção de que existe uma fronteira do conhecimento e de que esta resume toda a verdade possível gerada pelo trabalho científico feito no passado. Nesta perspectiva, só é verdadeiramente produtivo aquele esforço que a ela se dedica, pois o estudo das formulações originais não se afigura como necessário para a formação de um teórico competente. A noção de que há uma fronteira do conhecimento, por sua vez, remete-se à suposição de que existe um modo universal de resolução das controvérsias que surgem no caminho do desenvolvimento da ciência. Mais do que isso, segundo Arida, *"implícita na noção de fronteira está a presunção da superação positiva das controvérsias"* (Arida, 1991, p. 11). Dito de outro modo, a noção de fronteira implica que há um método por meio do qual o saber válido emerge e se torna aceito entre os cientistas, mantendo-se em evidência no estado atual do conhecimento.

Já o modelo "soft science", o qual se baseia na idéia de que as contribuições teóricas mais relevantes são intraduzíveis e incomensuráveis entre si, renega a noção de fronteira do conhecimento e aposta sempre na possibilidade de resgatar uma verdade mais profunda que se encontra nos textos clássicos e que ainda não foi captada convenientemente. A contrapartida deste amor pelo passado ilustre é o desprezo pelas contribuições mais recentes, o qual só se justifica porque tal modelo implicitamente supõe — diz Arida — que as controvérsias se resolvem por meio do que denomina de superação negativa. Por isto ele entende que as controvérsias se resolvem por meio de um *"consenso cristalizado e projetado para o futuro preservando precisamente a vertente errônea surgida no debate"* (Arida, 1991, p. 20). Em conseqüência, o estudo da ciência nesta perspectiva se torna inexoravelmente exegético.

Contra o modelo "hard science", Arida argumenta convincentemente que a história do pensamento econômico invalida a suposição de que as controvérsias se resolvem por superação positiva. Para tanto, investiga diversas polêmicas importantes em Economia para mostrar que algumas delas se resolveram parcialmente, que outras terminaram por cansaço ou desinteresse e que outras ainda mostraram-se inconclusivas. Com base num conhecimento que se espraia por muitas tradições em Economia, ele lembra que conspira contra o princípio da superação positiva o fato de que doutrinas opostas são aceitas como válidas por muitos — ainda que não pelos mesmos autores —, coabitando o campo da ciência por longos períodos. Eis que isto ocorre, entre outras razões, porque a suposição de que há um método comum de validação empírica de teorias, o qual teve durante um longo período o apoio das diversas correntes positivistas, não é correto.

Contra o modelo "soft science" ele procura mostrar, em primeiro lugar, que é difícil negar a ocorrência de desenvolvimento teórico no campo da Economia, já que algumas construções teóricas aposentaram os seus ancestrais e que algumas controvérsias pelo menos foram resolvidas satisfatoriamente. Em segundo lugar, busca mostrar que o princípio de superação negativa padece de graves problemas. A adoção da perspectiva da "soft science" leva à fusão da história com a teoria, engendrando uma negação mútua que é destruidora para

ambas. Por um lado, ela vem negar o próprio conceito de história já que, nesta perspectiva, certas teorias nunca morrem, permanecendo sempre adequadas para entender a realidade atual. Por outro, vem negar também o próprio conceito de teoria já que *"o estado atual da ciência seria a condensação de toda a falsidade gerada no passado"* e a conseqüente necessidade de voltar sempre aos *"clássicos do passado é correlata da tentação de inventá-la ex novo"* (Arida, 1991, p. 20).

Em resumo, nas palavras do próprio autor, *"se o adepto do modelo "hard science" fia-se na noção de fronteira do conhecimento por mera ignorância da complexidade e não-linearidade da história de sua própria disciplina, não é menos verdade que o adepto do modelo "soft science" fia-se na presunção de que o estado atual da teoria é um saber inútil ou equivocado simplesmente porque seu conhecimento e exposição à sofisticação atual é superficial demais para fazê-lo tomar ciência de seu erro"*. Após ter fechado assim todo um percurso de argumentação aqui reproduzido apenas em seus grandes traços, Arida chega à conclusão de que *"o bom desenvolvimento da teoria econômica deve ser feito simultaneamente nas duas frentes, familiarizando-se tanto com o estudo atual da ciência quanto com os clássicos do passado e tecendo, a partir destes dois saberes, a trama da verdade"* (Arida, 1991, p. 21).

3. Teoria como construção

A questão que Arida deixa, então, para si mesmo é mostrar como se dá em efetivo a trama da verdade em Economia. Para bem compreender o modo como procura resolver esta questão é preciso recorrer a um comentário que fez sobre o seu artigo treze anos depois de escrevê-lo[5]. Aí ele declara — e isto não está mencionado no artigo original — que sempre compreendeu a natureza da teoria econômica, partindo de suas leituras de Granger, numa perspectiva construtivista, mantendo uma atitude (em seus próprios termos) otimista quanto a capacidade das construções que a compõem de apreender o mundo.

Para ele, a teoria econômica é um jogo conceitual em que a construção de modelos ocupa uma posição central. Em conseqüência, o objeto econômico não se afigura como algo dado, mas vem a ser uma construção intelectual emergente em dada época — e não uma descoberta científica do economista. O seu construtivismo, entretanto, não é epistemicamente cético — pelo menos de um modo agudo —, pois é acompanhado da crença na possibilidade de que as construções teóricas guardem uma relação de correspondência com aquilo que de algum modo buscam apreender. Em seus próprios termos: *"é claro que subjacente ao construtivismo está um disfarçado otimismo quanto à capacidade humana de entender o mundo, quase uma aposta que os objetivos construídos intectualmente guardam uma correspondência íntima, secreta, com o mundo a ser conhecido"* (Biderman, Cozac & Rego, 1996, p. 330).

Apesar dessa última opinião, a perspectiva metodológica abraçada por Arida[6] é apenas consistente com uma certa suspensão do julgamento sobre a competência explanatória das teorias; ela não pode exigir das teorias, dizendo de outro modo, que apresentem as verdadeiras estruturas, mecanismos e processos subjacentes e que supostamente geram os fenômenos do mundo real, ainda que possam fazê-lo — secretamente — como sugere Arida. Se, por um lado, o construtivismo não exige, pois, que se afirme a conformidade das proposições teóricas ao mundo real, por outro lado, requer que as proposições factuais originadas das concepções científicas sejam empiricamente adequadas, ou seja, requer que estejam em correspondência com as manifestações fenomênicas. Deve-se notar aqui que na ótica construtivista é necessário distinguir entre o ato sensível de observar, que é puramente individual ainda que unívoco, e a observação que é um ato lingüístico e plural. É por isso que ele está em conformidade com a tese segundo a qual toda observação encontra-se orientada pela linguagem teórica e só dentro dela faz sentido, sem deixar de acreditar no potencial

---

[5] Os comentários citados no texto, encontram-se em sua entrevista para os autores *de Conversas com Economistas Brasileiros* (Biderman, Cozac & Rego, 1996). O que aqui se apresenta como construtivismo aproxima-se do que estes dois autores denominam de "holismo causal".

[6] A reconstrução da posição metodológica de Arida é feita com base em Boylan & O'Gorman (1995).

subversivo do sensível, o qual pode ajudar a mostrar uma possível inadequação das proposições empíricas originadas no interior desta linguagem.

Para o construtivismo, portanto, a teoria constitui o objeto como tal por meio de uma linguagem especializada e que tem características próprias — e não algo que descobre o real. Em sua perspectiva, a tarefa de base da ciência consiste na construção de modelos capazes de proporcionar descrições adequadas daquilo que em princípio é observável. Os modelos em geral apresentam-se por meio de sentenças teóricas às quais fazem referências a estruturas, mecanismos, processos inobserváveis e por proposições empíricas que apontam para acontecimentos e relações de causalidade que ocorrem no mundo. As primeiras podem ser adequadas ou inadequadas, mas o construtivismo nunca se pronuncia sobre isto; ao contrário, mantém em suspenso o julgamento sobre esta questão. Esta posição metodológica, que tem um elemento cético, é contrariada e invertida quando se trata das proposições empíricas. Estas têm necessariamente de ser julgadas para saber se estão em conformidade com aquilo que é observável.

O construtivismo distingue teoria pura, constituída pela atividade de elaboração de modelos e teorias de amplo escopo, os quais definem um campo em que certos tipos de problemas aparecem, e teoria aplicada, que vem a ser a atividade que se liga à resolução de problemas específicos, datados e localizados, emergentes neste campo, no curso do desenvolvimento das sociedades humanas.

No plano da teoria pura a tarefa da ciência consiste, de um lado, em construir modelos e, de outro, em testá-los com o objetivo de comprovar se as suas proposições factuais estão em correspondência com o mundo fenomênico. De posse de um conjunto de informações empíricas, o cientista preocupa-se, primeiro, em construir um modelo consistente, possivelmente relevante, e que seja capaz, em princípio, de responder por informações semelhantes àquelas inicialmente detidas. A sua tarefa não se completa enquanto ele não trabalhar, então, o material empírico para mostrar a relevância factual de seu modelo. Em Economia, em particular, a atividade básica de construir modelos é complementada por meio de estudos econométricos, os quais visam verificar a adequação das proposições factuais aos acontecimentos observáveis.

No plano da teoria aplicada, a ciência busca explanações, ou seja, respostas para questões "por que?", que consistem em entender as razões pelas quais certos fenômenos acontecem ou aconteceram. Para o construtivismo, as explanações são sempre contextuais: é sempre possível encontrar mais de uma explanação para o mesmo fenômeno, dependendo por exemplo da criatividade e do interesse do pesquisador. Ademais, uma explanação sempre acentua certos aspectos da situação examinada em detrimentos de outros. É por isso que neste nível aparece a questão da persuasão e do convencimento: uma explanação, que inclui em geral relações de causalidade, impõe-se — se a teoria de que faz parte é considerada adequada — dependendo de sua capacidade de convencimento, a qual depende inclusive do conjunto daqueles interessados na resposta procurada: economistas, cientistas em geral, jornalistas, políticos etc.

No que se refere à aceitação das intervenções discursivas, as questões se afiguram diferentemente nos planos da teoria pura e da teoria aplicada. No primeiro, em que está em questão diretamente a própria teoria, avulta em importância o problema cognitivo, pois, o discurso aqui está dirigido, em princípio, para um auditório universal; no segundo, em que está em questão um emprego específico da teoria, emerge como crucial a capacidade deste uso de influenciar em certo momento e em determinadas circunstâncias a opinião de um auditório determinado.

Para o construtivismo, o processo de investigação no plano da teoria pura orienta-se para a construção de modelos capazes de gerar sentenças empíricas que descrevam efetivamente as coisas, as relações de causalidade e os acontecimentos do mundo fenomênico. O acesso ao mundo se dá por meio dos sentidos, mas este acesso encontra-se sempre orientado teoricamente. Note-se, entretanto, que não se presume aí que a avaliação da adequação descritiva de uma teoria seja algo tranquilo e sem problemas; ao contrário, julga-se que se trata de uma atividade que exige bom senso e que é inerentemente falível. Nela não está implicada apenas a percepção, mas sim a concepção teórica como um todo; eis que toda observação é sempre observação à luz de uma teoria.

Não há, pois, observação sem linguagem teórica, mas isto, porém, não é tudo. É preciso notar, também, que a distinção entre o observável e o não observável depende da

própria teoria e nem sempre é rigorosa. Para encontrar um exemplo no campo da economia basta lembrar o caso das curvas de oferta e de demanda em que está envolvido o chamado problema da identificação; já um preço aqui e agora é perfeitamente observável. Deve-se notar, inclusive, que uma das funções da teoria ao construir o objeto é expandir o domínio do observável.

Para o construtivismo, portanto, as teorias devem ser empiricamente adequadas. Como o exame da conformidade empírica situa-se no nível epistêmico da linguagem, o que os cientistas buscam nesta atividade são elementos para fortalecer a própria convicção sobre o valor cognitivo da teoria. Situando-se no nível semântico da linguagem, entretanto, eles nunca podem pretender que as proposições factuais derivadas da teoria são verdadeiras ou falsas. Como se mostrará, na perspectiva do texto de Arida, a verdade é uma questão a ser tratada no nível pragmático da linguagem[7]. Quando a adequação empírica torna-se um problema na discussão, a favor ou contra certa teoria, emerge o problema do resgate de pretensões validade, o qual se resolve — quando se resolve — por meio da argumentação.

Para esta perspectiva metodológica a construção de teorias não tem como objetivo primeiro e imediato encontrar explanações para os fenômenos do mundo a que se referem. De seu ponto de vista, as explanações científicas são sempre aplicações de teorias empiricamente adequadas. Enquanto fonte de explanações, uma teoria mostra-se eficaz se é fértil em fornecer respostas plausíveis para perguntas sobre as razões por que determinados fatos acontecem. Uma explicação econômica para algo que acontece num contexto específico é bem sucedida se consegue salientar fatores desta ordem como causa da ocorrência, em detrimento de fatores ligados a outros campos do conhecimento, tais como os psicológicos, os sociológicos, os políticos etc. As explanações surgem, em geral, em contextos intrincados, que podem escapar inclusive dos domínios de uma ciência como a Economia e mesmo da ciência em geral; em conseqüência, precisam necessariamente ser apresentadas por meio do emprego de recursos retóricos variados, que extrapolam o caráter epistêmico do conhecimento científico.

Uma teoria não é julgada somente caso a caso, apenas diante de questões específicas; como construção genérica que pretende responder a um conjunto amplo de questões numa ampla variedade de situações, ela reclama necessariamente uma aceitação geral ou uma adesão aos seus modos de apresentar a realidade. Dito de outro modo, uma teoria é um discurso que busca aprovação no meio científico e mesmo fora dele em virtude de competências que supostamente tem. Na perspectiva construtivista, a primeira delas, da qual inclusive dependem as demais, é a adequação empírica que, no espaço da comunicação científica, apresenta-se como pretensão de verdade. É por isso que não se pode desprezar o papel das "evidências" empíricas no julgamento dos modelos e das teorias, ainda que não haja algoritmo algum capaz de produzir refutações. Tais "evidências" são levadas em consideração sob a mediação das discussões científicas. Não há dúvida, porém, que os cientistas empregam outros valores no julgamento das teorias, tais como simplicidade, elegância, funcionalidade etc.

No que referem às controvérsias, elas ocorrem tanto no campo da teoria pura quanto no campo da teoria aplicada. No primeiro deles, elas envolvem questões de coerência lógica, de existência de conteúdo empírico, de relevância e de grau de conformidade descritiva da teoria ou das teorias em discussão; no segundo, elas versam sobre a plausibilidade das explicações fornecidas com base em uma mesma teoria ou com base em teorias divergentes. Como Arida e outros têm ressaltado, não existe, porém, um método de resolução de controvérsias que opera mecanicamente, de um modo independente da trama da argumentação.

É preciso ver aqui que em toda controvérsia, seja ela puramente teórica ou se refira ela a explanações de fatos determinados, está sempre presente o problema do distanciamento entre as diferentes concepções que entram na disputa argumentativa. Em um discurso teórico ou explanatório empregam-se termos e sistemas de frases que têm diferenças de significado e de modo de se referir aos fenômenos, que os tornam muitas vezes incomensuráveis entre si. Em particular, o problema da adequação empírica enfrenta o problema de que, eventualmente,

---

[7] Distingue-se em semiótica três dimensões: a) a sintática que trata da relação dos signos entre si, independentemente do conteúdo; b) a semântica que trata da relação entre signo e referente; c) e a pragmática que trata da relação entre os signos e os intérpretes.

as mesmas informações de base podem ser interpretadas sob perspectivas teóricas diversas, inconsistentes entre si. Não há, como se sabe, algorítimo algum capaz de resolver este problema. A incomensurabilidade das teorias, entretanto, não pode implicar a sua incomparabilidade. Se isto é verdade, então, deve existir um meio de lançar pontes entre as posições divergentes, o que requer um esforço de compreensão cuja função vem a ser diminuir as distâncias. Tais pontes são necessárias se é que as controvérsias podem vir a ter solução.

Como Arida menciona nem sempre uma controvérsia tem solução: ou ela se mostra inútil, o que não deixa de ser um tipo de solução, ou surgem bloqueios de comunicação que impedem que qualquer alternativa seja escolhida ou, então, que uma síntese seja alcançada. A comunicação se rompe basicamente por duas razões, algo distintas, mas nem sempre claramente separáveis: ou falta compreensão entre os interlocutores ou a própria linguagem em que as discussões ocorrem encontra-se distorcida. A incompreesão e a distorção reclamam esforços diferentes para serem superadas.

Uma conseqüência importante dessa abordagem metodológica, a qual lhe é inerente, é que deixa de fazer sentido a proposta popperiana segundo a qual as teorias devem ser falseáveis. Porque o falseacionismo, como se sabe, sem ser fundamentalista e sem aspirar qualquer certeza, exige um certo realismo epistêmico, ou seja, pede que as conjecturas teóricas sejam compreendidas como intencionalmente verdadeiras. Uma outra conseqüência importante, é que o construtivismo, por se constituir em uma metodologia científica que trabalha simultaneamente no plano epistêmico e no plano pragmático, revaloriza a história do pensamento econômico.

4. A trama da verdade

Para responder à questão, o primeiro movimento do texto de Arida consiste em indagar qual o papel do estudo da história do pensamento no entendimento da teoria econômica. Para tanto, critica tanto vê-la como mero passado inútil quanto o seu uso heurístico para compreender o presente, procurando afirmá-la como etapa irrecusável de compreensão do devir e do estado atual da própria ciência. No modelo "hard science", tal uso tem interesse meramente acadêmico; no modelo "soft science", possui uma centralidade suspeita. No modelo que propõe, o estudo do passado da ciência assume a função reconstrutiva de apresentar a teoria atual como resultado de um processo não linear de argumentação dentro da própria tradição intelectual e em confronto com as tradições rivais.

Na visão de Arida, o principal vício do modelo "soft science" é que ele perpetua o mito de que o texto de história do pensamento econômico é auto-intelegível. Pois, ao adotá-lo, assume que o sentido dos textos se encontra somente neles mesmos, bastando para encontrá-lo um esforço adequado e concentrado de estudo. Eis que tal crença é assim mantida mesmo diante da evidência de que suspeitas — qualquer que seja a boa vontade do estudioso — costumam recair inevitavelmente sobre os resultados de tal esforço. Ao resvalar para esta forma objetivismo interpretativo, o defensor desta abordagem descontextualiza a obra, arranca-a do seu momento histórico, para considerá-la como algo válido na análise do momento presente. Assim, além de desprezar o seu contexto original, essencial à sua compreensão adequada, ele desrespeita, também, a historicidade do próprio objeto de pesquisa, ou seja, o evolver da própria economia.

Já o segundo movimento de seu texto consiste em valorizar o estudo do estado atual da ciência, mas não apenas como técnica. Na sua visão, desprezar sistematicamente os resultados teóricos mais recentes é o mesmo que regredir permanentemente no processo do conhecimento; vem a ser, também, cair num processo de constante retorno a uma teoria que supostamente está lá no texto clássico, e que é válida para sempre. Ora, a realidade econômica é histórica e as teorias são contextuais, nascem da necessidade de responder a problemas emergentes na sua própria época histórica. Segundo Arida, a teoria científica nunca é, entretanto, puramente instrumento; além de ser técnica formalizada de intervenção na realidade, ela é também *"modo de percepção do fenômeno econômico"* (Arida, 1991, p. 26) — frase que evidentemente tem de ser entendida na perspectiva do construtivismo.

De um lado, pois, nesta perspectiva, é preciso estudar as conquistas teóricas mais recentes; de outro, não se deve esquecer o passado da ciência. Se assim é, que papel, então, está reservado à história do pensamento econômico? Qual a sua contribuição para a

compreensão da própria teoria? Ora, sendo ela como o próprio nome indica, história, dela não se deve tirar elementos substantivos para a análise dos funcionamentos da realidade econômica atual. Eis, porém, que isto não implica considerá-la o museu das idéias econômicas que eventualmente se visita por mera curiosidade. Não, a história do pensamento é sobretudo um registro dos modos de argumentação empregados no passado para interpretar convenientemente, em cada momento e ao sabor de controvérsias, a realidade do momento histórico então presente. Em suas próprias palavras e de uma maneira direta, *"a contribuição genuína da história do pensamento está no estudo do passado como um caso aplicado de retórica na ciência"* (Arida, 1991, p. 28).

Em resumo, Arida procura mostrar que o processo de desenvolvimento da Economia só pode ser bem entendido ao se assumir que também ela deve participar do movimento que vê ocorrer nas ciências sociais em geral na direção de compreenderem a si mesmas na perspectiva da hermenêutica e da retórica.

Após fazer uma critica ao falseacionismo de Popper — o último bastião que sobrara depois da derrubada das muralhas do positivismo —, Arida chega ao momento crucial de seu artigo. Em tom conclusivo afirma, então, que *"a história do pensamento econômico nos mostra que as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas sim porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas idéias mais plausíveis, que é capaz de formar consenso em torno de si"* (Arida, 1991, p. 30).

Este apelo à retórica convida, antes de mais nada, para que se volte às razões do *Tratado da Argumentação* de Perelman. Aí se pode ler logo na introdução que o recente renascimento da preocupação com a retórica e a dialética gregas representa uma ruptura radical com a concepção cartesiana de razão. Segundo este autor, a concepção de razão oriunda de Descartes restringiu o racional ao evidente e ao demonstrativo, colocando em eclipse por três séculos o estudo dos meios de prova inerente o campo do saber incerto, em que é preciso ser prudente e persuasivo e onde a adesão a uma tese só pode ocorrer de um modo não impositivo. *"A própria natureza da deliberação e da argumentação"* — convém — *"opõe-se à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência"* (Perelman, 1996, p.1). Segundo Aristóteles, que inspira Perelman, a argumentação versa sobre o verossímil, o plausível e o provável e não busca jamais a certeza que sempre se encontra nos raciocínios matemáticos.

A questão do método em Descartes vincula-se à idéia de que uma exposição só vem a ser racional se é perfeitamente adequada à natureza das coisas, se unicamente manifesta as operações da mente individual que capta o real em pensamento. Este é seu ponto de partida, mas ele vai mais longe, pois o real se lhe afigura como algo que pode ser captado sempre *more geometrico*. Em conseqüência, a matemática torna-se o veículo por excelência do pensamento racional. É ela que pode oferecer verdades bem encadeadas, seguras e certas, cuja posse dá ao homem a possibilidade de dominar a natureza. Nesta perspectiva, a chave para o desenvolvimento de uma ciência racional é estritamente epistêmica; há um método para se chegar ao conhecimento objetivamente válido e é preciso adotá-lo firmemente.

Uma conseqüência importante do cartesianismo é que ele, ao mesmo tempo em que valorizava as chamadas *"hard sciences"*, desqualificava as *"soft sciences"*, tratando-as como um saber pouco rigoroso ou mesmo como pseudo-conhecimento. Nesta perspectiva, só o conhecimento que seguia os padrões das ciências naturais vistas como bem sucedidas era considerado digno de crédito. Assim, aquilo que era visto apenas verossímil e que não se conformava aos cânones da lógica formal, passava a se configurar como um saber indigno deste nome. Eis que nas perspectiva construtivista — que é pós-cartesiana e pós-positivista — a própria teoria, seja como meio de descrever fenômenos seja como explanação de fatos, pertence ao campo do saber incerto em que não se pode chegar a certezas.

De qualquer modo, naquele caminho, a exposição racional isola-se da retórica e da dialética, as quais passam a ser enxergadas como coisas descartáveis, puramente ornamentais ou mesmo merecedoras de desprezo. Pois, ele só chega a esta condição se estiver devidamente regido por uma ordenação que lhe é exterior. O cartesianismo *lato sensu*, ao longo dos tempos modernos, não conservou a metafisica de Descartes, mas manteve o seu dualismo ontológico, a sua crença na evidência, a sua confiança no método analítico e o seu desabono da tradição. A partir da publicação do *Discurso...*, as discussões sobre o método do conhecimento científico nunca mais tiveram descanso; as propostas variaram nos últimos três

séculos, mas recairam sempre, de algum modo, no objetivismo — a convicção de que há um conjunto fixo de procedimentos a que se pode recorrer para determinar monologicamente a cientificidade do que se julga que é conhecimento —, cujo colapso recente encontra-se realçado em muitos lugares, mas também, sem dúvidas, no texto em discussão.

Em conseqüência, entra em declínio, também, a própria visão "modernista" sobre o que consiste uma exposição canônica de um saber científico. Também as teorias da ciência passam a ser encaradas como saber discursivo que, ademais de uma dimensão analítica (o que tem ainda de ser esclarecido), têm também uma dimensão dialética e retórica. Esta última dimensão, entretanto, não compromete a natureza e o significado da própria ciência enquanto tal? Esta questão afigura-se assim para Arida: *"...e se abandonamos o operador verdade, como assegurar a cientificidade do saber econômico?"* (Arida, 1991, p. 30).

Depois dessas considerações, segue-se, então, no artigo de Arida, um parágrafo chave em que combina a revalorização da retórica com a teoria da verdade de Habermas com o intuito de resolver tal dificuldade. Convém reproduzi-la, pois, quase que por inteiro: *"...O exercício da retórica tem limites estreitos; convence quem se conforma às regras da retórica, mas as regras são fixadas e consensualmente aceitas previamente ao discurso... A comunidade dos cientistas debate sob o pressuposto da comunicação ideal, com bem o demonstrou Habermas; ao invés de um operador de verdade aplicado a sentenças, temos uma abertura à verdade como disposição de renúncia à posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca. O conceito relevante de evidência*[8] *é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica*[9]*. Estas sim são aceitas consensualmente; é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à economia..."* (Arida, 1991, p. 30).

Este trecho, que representa um certo fechamento da argumentação de Arida, precisa, entretanto, ser reaberto. Com esta finalidade, torna-se, então, necessário levantar algumas questões sobre as idéias ai apresentadas: a) Formam os economistas uma comunidade de pessoas que resolvem as suas disputas por meio do diálogo crítico? b) Há mesmo regras consensuais de retórica aceitas pelos economistas em geral? c) O que significa realmente o pressuposto da comunicação ideal? d) A evidência de verdade para Habermas pode ser entendida como conformidade do discurso às regras da boa retórica? A reabertura da argumentação de Arida é, pois, necessária. Eis que isto exige, entretanto, um esforço adicional.

5. Sobre as "regras de retórica"

Um suposto crucial da argumentação de Arida é que os economistas formam, de algum modo, uma comunidade científica de fato. Ora, entende-se por comunidade um conjunto de pessoas que têm uma mesma herança cultural e histórica e que, por isso, compartilha de um mesmo conjunto de normas, valores, interesses etc., os quais têm uma função unificadora. Nesse sentido, seria correto afirmar que os economistas de vocação teórica constituem uma comunidade *stricto sensu* ou seria melhor dizer que sobretudo eles formam uma sociedade dividida em grupos que se vêem como originários de tradições divergentes, que raciocinam com estruturas conceituais díspares, que mantém interesses diversos entre si e que se encontram em oposição?

Como o texto do próprio Arida trata desta questão? Se, por um lado, funda-se em uma suposição, segundo a qual todos os economistas compartilham uma mesma herança cultural, assim como certos problemas, certas referências objetivas e determinados valores, expressa com clareza a idéia de que o consenso possível entre os defensores de diferentes correntes nunca é automático. Aí, por exemplo, acha-se escrito o seguinte: *"uma vez que o*

---

[8] Admite-se aqui que Arida emprega o termo evidência num sentido fraco, que não abdica de considerar o "dado" como interpretado.

[9] Na entrevista acima mencionada Arida parece querer consertar esta afirmação, dizendo *"que a retórica ajudaria, mas em última análise não poderia decidir sobre a verdade ou falsidade de qualquer proposição. Quando muito, a boa retórica poderia acelerar ou inibir a apreensão da verdade pelos agentes, algo importante no curto prazo... porém irrelevante no longo prazo do desenvolvimento científico"* (Biderman, Cozac & Rego, 1996, p. 330).

sistema econômico só diz algo ao pensamento através de um dado programa de pesquisa, que estes servem ou se alicerçam em interesses práticos... fica claro que inexiste um referencial comum que possibilite aos vários corpos teóricos os termos de sua mútua compreensão" (Arida, 1991, p. 33).

Como o problema de Arida é o da resolução das controvérsias e, no fundo, o da explicação da ocorrência eventual da vitória na luta histórica entre as tradições teóricas concorrentes, não basta para ele que os economistas compartilhem algo bem geral em comum, um mesmo mundo da vida a que recorrem quando a comunicação científica se vê obstada em função de pressupostos incomensuráveis entre si. É preciso que eles revelem adesão a um mesmo núcleo de regras pré-fixadas e que estas regras possam ter uma função, senão demarcatória, pelo menos discriminadora. Se não há um referencial teórico comum e todos os projetos para fundar a ciência numa metodologia orientada epistemicamente fracassaram, devem existir regras gerais de retórica, as quais seriam aceitas por todos previamente aos discursos.

Arida busca uma solução para o seu problema da seguinte forma: pergunta se existem no campo da economia regras de retórica invariáveis historicamente. Como isto, entretanto, parece-lhe uma exigência forte demais, depois de examinar algumas evidências tiradas da literatura econômica, conclui que *"as regras de retórica estão sujeitas a uma certa historicidade"*. Entretanto, ele não vem, completando o seu raciocínio, negar o contrário, pois acredita, também, *"que a historicidade das regras de retórica seja limitada"*. O seu argumento é que *"se esta historicidade fosse radical o suficiente para impedir a identificação de um núcleo comum de regras de retórica, a conjectura aqui lançada, a saber, que é o núcleo comum que garante a organização e evolução satisfatória do saber em economia, ficaria inverossímil"* (Arida, 1991, p. 31). Antes de prosseguir, note-se que a pouca variabilidade histórica destas regras constitui-se numa condição necessária, mas não suficiente para a verossimilitude de seu argumento — pois suficiente viria a ser mostrar que estas regras gozam efetivamente da aceitação universal entre os economistas. Ainda que o inventário de regras que apresenta seja considerado por ele mesmo como preliminar, Arida não tem dúvida de que elas existem: *"parece insofismável a existência de um núcleo de regras consensualmente aceitas"* (Arida, 1991, 37).

Notando que regra é sempre aquilo que regula, dirige, rege ou governa, no caso, o discurso econômico, que regras afinal, segundo Arida, constituem o núcleo retórico da Economia? São elas estritamente retóricas? São elas realmente consensuais? Admite-se aqui, desde o início, que não está em questão saber se a validade do emprego dessas regras depende do contexto e pode ser objeto de disputa.

A primeira que aponta é a que privilegia a elegância formal e que denomina de regra da simplicidade. Trata-se para ele, entretanto, de uma exigência que deve respeitar a complexidade do objeto: *"a busca pela simplicidade não significa dissolver indevidamente a complexidade do objeto; respeitada a complexidade, explicações simples têm sempre maior plausibilidade do que explicações complicadas"* (Arida, 1991, p. 32). Ora, a complexidade do objeto é uma questão cuja apreciação encontra-se ligada à própria forma da explicação teórica. Ademais, a adequabilidade da explicação à realidade é uma questão epistemológica aberta — e, como se mostrou, não passível de solução do ponto de vista construtivista.

Ademais, aqueles que aderem ao convencionalismo ou ao instrumentalismo, tais como Friedman e os seus seguidores, atribuem em geral um valor positivo à simplicidade, desdenhando o caráter representacional da teoria (Boland, 1982, p. 146-148); entretanto, aqueles que requerem das teorias que elas sejam epistemologicamente realistas tendem a desprezá-la, concentrando-se no problema da correspondência entre a teoria e o mundo objetivo (Mäki, 1988, p. 89-109). Logo, tal regra não pode ser vista como consensual.

A segunda regra que Arida menciona é a da coerência a qual relaciona à capacidade dos programas de pesquisas de gerar problemas e de resolvê-los consistentemente: *"hipóteses ad hoc"* — menciona — *"são vistas com suspeita"* (Arida, 1991, p. 32). Isto parece correto. É entretanto o próprio Arida quem, em seqüência, põe em dúvida a generalidade desta regra: *"é verdade"* — diz ele — *"que a coerência é uma virtude do argumento muito mais prezada no interior de um mesmo programa de pesquisa do que no debate entre paradigmas"* (Arida, 1991, p. 32). Logo, segundo o próprio Arida, ela parece contribuir pouco para a resolução das controvérsias mais difíceis em Economia.

Em sua exposição, ele vai então voltar mais uma vez à história do pensamento para encontrar uma "evidência" de que essa segunda regra é, afinal, válida. Eis, então, que para ele o programa de pesquisa neoclássico é mais plausível do que o marxista porque seria muito mais consistente, já que o princípio da maximização permite perceber com clareza o caráter *ad hoc* de eventuais supostos necessários para resolver os problemas da teoria. Lamentavelmente, entretanto, não é isto o que vem ocorrendo com a sugestão mais importante elaborada para resolver o problema da estabilidade do equilíbrio. A formalização do *tâtonnement*[10] mostra que ele é uma suposição totalmente *ad hoc*, já que não se deriva do comportamento maximizador dos agentes; tal evidência, no entanto, não parece ter sido capaz de comover gerações e gerações de economistas neoclássicos...

Na verdade, o que Arida chama aqui de regra de retórica, é um preceito pertencente ao campo da lógica do discurso científico. Diante de sua fraca força normativa no interior do principal programa de pesquisa em Economia, tal como a menção acima sugere, a afirmação de que é correta deveria ser acompanhada de uma consideração sobre a falta de rigor desta corrente que prima por se considerar rigorosa[11]. De qualquer modo, a sua validade não depende de qualquer consenso; impõe-se logicamente.

Já a regra da abrangência, vista por ele como crucial, diz que *"o argumento que não for capaz de explicar toda a evidência empírica disponível perde a plausibilidade"*. (Arida, 1991, p. 32). Tem razão, pois, esta regra faz um enorme sentido na perspectiva construtivista. Afigura-se curioso, entretanto, tratá-la como retórica, pois ela é antes de tudo epistêmica. Como já se mencionou, o construtivismo suspende o julgamento sobre o valor cognitivo da teoria como tal, mas mantém firmemente a convicção que as proposições factuais dela derivadas devem pretender ser adequadas. Dito de outro, ao nível do empírico, devem responder pelas regularidades fenomênicas. Dificilmente, entretanto, pode ser considerada consensual, já que as correntes apriorísticas têm necessariamente de rejeitá-la. Ademais, como a explicação da evidência empírica depende de hipóteses auxiliares, concorre com ela a regra segundo a qual a boa teoria é aquela mais promissora, que tem maior potencial de descrever os fatos empíricos em processo de conhecimento.

A quarta que menciona é denominada de regra da generalidade, pois que atribui maior plausibilidade à estrutura teórica que inclui a sua rival como caso particular. Não há muita dúvida que devorar o inimigo para se apropriar de sua alma tem força retórica. A questão que fica é saber se tal regra deve ser aceita independentemente da plausibilidade cognitiva do recurso teórico. Se este não for o caso, então a regra da generalidade não pode ser vista meramente como retórica e o recurso não pode ser enxergado como um ardil. Mas é justamente isto o que Arida faz — e o faz porque o construtivismo parece levá-lo a pensar a impossibilidade de superar o distanciamento entre diferentes estilos de teoria econômica —, por exemplo, ao examinar o significado histórico da Teoria Geral de Keynes: "... *como um ... exemplo do ardil envolvido nas utilizações magistrais da regra quatro de retórica, considere a reconstrução e interpretação do pensamento clássico empreeendida por Keynes na General Theory.*" (Arida, 1991, p. 34).

Segundo Arida, *"o colapso da epistemologia falsificacionista exige que, no que se refere ao debate entre programas alternativos de pesquisa, se reinterprete esta regra de retórica como uma subsunção ardilosa"* (Arida, 1991, p. 33). Ora, o colapso do falseacionismo forte — que vem a ser uma interpretação das concepções de Popper divulgada entre os economistas por autores como Blaug — não significa necessariamente o colapso de toda preocupação com a comparação de teorias. É sempre possível perguntar se as teorias do valor de Ricardo e de Jevons estão bem articuladas na tesoura de Marshall. É sempre possível argüir se a Teoria Geral de Keynes engloba verdadeiramente a "teoria clássica". Mais do que isso, a própria idéia de ardil é já crítica. Tanto que, no próprio texto de Arida a argumentação assume esta característica: *"a teoria clássica combatida por Keynes* — diz — *"é uma construção bastante questionável..."* (Arida, 1991, p. 34) — se assim é, não deveria ser tratada como má retórica?

---

[10] Como se sabe, a formalização do *tâtonnement* walrasiano foi feita por Samuelson em seu *Fundamentos da Análise Econômica* de 1938 (Samuelson, 1983, p. 222-229).

[11] Veja-se sobre isto os excelentes textos de Knudsen (1993) e de Dupuy (1989).

Para mostrar que a sua sugestão é correta, Arida busca um exemplo na obra do autor de *O Capital*. *"Para Marx"* — diz ele — *"não basta apontar os equívocos das teorias anteriores; deve-se entendê-las como limitações decorrentes das possibilidades objetivas de ilusão inscritas no próprio operar do capitalismo"*. (Arida, 1991, p. 33). Não há dúvida de que Arida está correto sobre Marx, mas estará ele correto sobre o valor retórico deste tipo de argumento em Economia? O *Tratado da Argumentação* de Perelman trata a dissociação "aparência-realidade" como uma técnica importante de retórica, discutindo-a longamente (Perelman, 1998, p. 472-476). Aí ela é apresentada como um recurso largamente empregado pelas correntes filosóficas metafísicas que tendem a privilegiar o real em relação ao aparente, mas que é, também, amplamente rejeitado pelas filosofias positivistas, pragmáticas e fenomenológicas para as quais a única realidade são as aparências. Há certa ironia na apresentação desta dissociação como uma "evidência" de que tal regra goza de ampla aceitação justamente no campo da Economia.

A quinta regra é a redução de metáforas. Arida explica, então, primeiro, que *"a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição"*. Considera, depois, que *"os economistas praticam a retórica sem o saber e, o que é pior, dela desconfiando"* (Arida, 1991, p. 36). Em seqüência, aponta que buscam eliminá-las no decorrer do desenvolvimento das teorias. A observação parece correta. Entretanto, considerar a redução de metáforas como uma regra retórica não contribui para esclarecer a questão.

Por que, afinal, os economistas se esforçam para transformar o que é, num primeiro momento, figurativo em algo que tem sentido literal, no momento seguinte? Não pode haver dúvida que se empregam metáforas em Economia, especialmente na criação de uma nova teoria ou para fins de exposição didática. A mão invisível é o exemplo clássico. Entretanto, como o objetivo da ciência em geral é cognitivo e as metáforas são empregadas aí para apresentar uma analogia e não para fazer uma evocação poética, elas tendem a ser suprimidas nas elaborações mais rigorosas da teoria que ajudaram a criar. É assim que a mão invisível foi transformada numa equação diferencial em que a variação dos preços é função do excesso de demanda. Isto é feito porque os cientistas em geral e os economistas em particular enxergam as suas teorias como analíticas e se sabe desde Aristóteles, como relembra Perelman, que a análise se opõe à dialética e à retórica, assim como a demonstração se opõe à verdadeira argumentação. Os modelos matemáticos empregados em Economia não são, pois, em si mesmos, metafóricos, ainda que os tropos em geral possam ser usados em sua interpretação. Os economistas não são românticos como Brown: eles tratam o sistema econômico como objeto, algo quase natural, e não como texto[12].

A formalização é encarada por Arida também como uma regra de retórica amplamente aceita na comunidade dos economistas: *"o argumento que puder ser formalizado"* — diz — *"tem maior poder de convencimento do que aquele apresentado literalmente"* (Arida, 1991, p. 36). Esta regra parece correta quando se assume que a ciência como tal faz uso necessariamente da linguagem matemática, ainda que não apenas dela. Entretanto, é isto mesmo o que pode ser questionado, pois é bem sabido que os "velhos" institucionalistas americanos, muitos neo-austríacos e mesmo a grande maioria dos marxistas, os quais dão um grande peso à dimensão hermenêutica do saber econômico, rejeitam em geral a suposta força persuasiva do argumento formal. De um lado, porque acreditam que a formalização é uma característica marcante apenas da teoria neoclássica — neste sentido ela implica já em fazer certa opção; de outro, porque crêem que a linguagem matemática é inadequada ou insuficiente para apreender as especificidades dos fenômenos sociais e históricos. Em conseqüência, muitos economistas dessas correntes vêem a formalização como revestimento mistificador de uma fraqueza teórica subjacente — e não o contrário[13].

A sétima regra é denominada de reinvenção da tradição, que vem a ser *"recortar o passado de forma a reivindicar para si uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta"* (Arida, 1991, p. 36). Este é também um recurso que sem dúvida pode ter força retórica. Entretanto, tal como ocorreu com a regra da

---

12 Segundo Brown, a economia real é um texto e o discurso econômico vem a ser a atividade de interpretação deste texto (Brown, 1994, p. 368-381).

13 Veja-se sobre isto, por exemplo, o que diz o livro de Rutherford sobre as correntes institucionalistas (Rutherford, 1996).

generalidade antes analisada, também aqui tal força pode não ser considerada independente de uma avaliação sobre a sua correção e plausibilidade. Se se disser, entretanto, que esta avaliação não importa ou que não pode ser levada a bom termo, então, tal regra não poderá ser considerada como consensual.

A última regra que menciona diz que na academia dos economistas *"nunca se menospreza o argumento do adversário por estar motivado em interesses práticos específicos"* (Arida, 1991, p. 38). Desde logo, parece difícil considerar que Arida não propõe aqui uma norma ética a ser seguida pelos seus pares nas discussões sobre temas controvertidos em Economia. Ora, será que existe no meio dos economistas uma regra de discurso que proíbe a chamada crítica de ideologia? Se ele pretende isolar e denunciar como forma nociva de argumentar, que atravanca a comunicação, a retórica da suspeita sistemática, então, é preciso concordar com ele. Pois, tal retórica configura-se como uma estratégia de intimidação, que se institucionaliza sob a pressuposição que um dos lados, o lado crítico, fala de uma fortaleza em que a verdade reside e que do outro lado encontram-se apenas posições encobertas, aparentemente verdadeiras, mas que apenas escondem interesses perversos.

Entretanto, isto não pode implicar numa rejeição da boa crítica de ideologia. Primeiro, porque as distorções de linguagem existem e elas servem muitas vezes à dominação; segundo, porque tal forma de crítica não significa, necessariamente, acusação destemperada. A boa crítica de ideologia é um tipo de discurso contrário que se envolve seriamente com os argumentos lançados para defender certas idéias, certas políticas, e que emprega como método a reconstrução crítica que busca apontar lacunas, mostrar distorções de linguagem e revelar contradições de desempenho internas aos discursos científicos. Com Ricouer é preciso reconhecer, porém, que as ideologias são de certo modo constitutivas de toda sociabilidade e que a crítica de ideologia não tem dono. Ademais se o saber científico é tido como falível também tem de ser tida como falível a crítica de ideologia (Ricouer, 1988, p. 63-75).

Em caso contrário, ao se optar por rejeitá-la completamente, obscurece-se as distinções entre o que é conhecimento e o que apenas parece sê-lo (nível semântico) e entre persuadir e convencer (nível pragmático). De qualquer modo, é preciso ver que tal regra não goza de aceitação universal. Há aqueles que julgam que não se pode excluir a economia crítica do campo dos estudos econômicos.

Para fechar esta seção, é preciso ver que Arida, junto com outros, está buscando um novo entendimento da ciência econômica após o colapso do positivismo e que, para tanto, fia-se no construtivismo que desloca em parte a questão metodológica do nível semântico para o nível pragmático da linguagem. O que faz ao enunciar que existem regras de retórica capazes de ajudar na geração de consensos no meio acadêmico dos economistas vem a ser uma tentativa de elaborar uma pragmática formal do discurso econômico. Veja-se que, na perspectiva construtivista enquanto tal, em que não se busca o valor de verdade das explanações teóricas, faz todo sentido procurar resolver o problema da escolha da teoria, o qual se remete, evidentemente, ao problema mais difícil da resolução de controvérsias, por meio de regras, tais como a da simplicidade, da fertilidade, da funcionalidade, da generalidade[14] etc.

Se as regras de natureza pragmática, razão pela qual envolvem necessariamente o elemento retórico, valem para o discurso econômico, elas devem valer também para o discurso científico em geral. O propósito de Arida, porém, não é elaborar algo no âmbito da filosofia da ciência em geral, mas chegar a conclusões firmes no âmbito mais restrito da ciência que conhece. Ao procurar uma comprovação empírica destas regras supostamente generativas dos argumentos e proferimentos, no âmbito do discurso econômico, vem afirmar, algo dogmaticamente, que elas são consensuais. Ademais, pelo menos três das regras que enuncia (coerência, abrangência e formalização) não são retóricas, mas semânticas e uma delas se afigura como uma norma ética — aliás, parcialmente equivocada.

O projeto de elaborar uma pragmática formal com o objetivo de encontrar supostas regras generativas, as quais — se existem — permanecem implícitas nos discursos

---

[14] Aldrigui e Salviano sugerem que tais critérios, em Economia, privilegiariam a teoria neoclássica, por deslocarem o julgamento das teorias da dimensão ética e política para a dimensão cognitiva (Aldrigui & Salviano, 1996, p. 93). Não se crê aqui que isto seja necessariamente verdadeiro; ambas as dimensões, aliás, são explícitas ou implicitamente consideradas numa ciência social como a Economia.

econômicos tem, em princípio, sentido. Ele teria, necessariamente, de ser completado com uma pragmática empírica que investigasse as construções discursivas e as controvérsias na história do pensamento econômico para "vê-las" em ato, sem qualquer preocupação com a questão da consensualidade da regra. O esforço requerido para realizar tal projeto seria evidentemente muito maior do que aquele dispendido na elaboração do texto em questão. Arida, entretanto, tem um enorme mérito por tê-lo iniciado de algum modo. Ressalte-se, porém, que não se poderia buscar somente regras retóricas, mas também, e especialmente — seguindo a terminologia de Aristóteles — regras de dialética; em outras palavras, meios de prova que tem valor de conhecimento — não meramente ornamentais.

Um outro aspecto negativo da solução de Arida aparece quando se percebe que ele idealiza a comunidade acadêmica dos economistas. Ora, não se diz algo que se possa contestar quando se afirma que a história do pensamento econômico vem apoiar a tese de que os economistas encontram-se muitas vezes em oposição entre si. Mais do que isto, pode-se argumentar com Morin que os economistas formam uma comunidade/sociedade em que há espaço para o acordo, mas há também muito espaço para a rivalidade entre escolas, a crítica mútua e que isto vem a ser uma característica essencial de um pensamento científico dinâmico e produtivo[15]. Tal rivalidade, entretanto, deveria encontrar os seus limites na ética do discurso; pois, ao violá-la, a disputa pode passar a dificultar, desencentivar ou mesmo obstar o desenvolvimento do conhecimento científico.

Considerando todas as observações precedentes, para tentar encaminhar melhor o problema que o texto de Arida levanta, é preciso investigar agora, em primeiro lugar, a questão do distanciamento entre as teorias econômicas do presente e do passado, o qual se distingue do distanciamento decorrente da objetivação da trama de relações sociais como sistema econômico, cujo reverso é a alienação[16]. Em seqüência, será necessário investigar as questões da comunicação, da argumentação e da verdade.

6. O solo da hermenêutica

De qualquer modo, Arida desenvolve os seus argumentos examinando, sempre com grande conhecimento e perspicácia, a própria história do pensamento econômico. Faz isto, não sem admitir que os próprios fatos da história do pensamento econômico nunca são incontroversos, e que dependem sempre de interpretação. Ademais, segundo ele, também "*as regras de retórica... supõem uma interpenetração entre o procedimento retórico stricto sensu e o hermenêutico*" (Arida, 1991, p. 37).

Isto requer que se investigue, então, a questão da hermenêutica. Segundo Palmer, há duas posições básicas em confronto neste campo da Filosofia: uma delas, metodológica, e a outra, filosófica[17] (Palmer, 1986, p. 55-73). A primeira delas vê como o seu objetivo desenvolver uma teoria geral da interpretação das objetivações sociais e históricas, sob os pressupostos de que o objeto de interpretação é autônomo em relação ao sujeito do conhecimento e que é possível superar a distância entre eles, elaborando interpretações objetivamente válidas. Busca examinar, assim, os modos de interpretação pertinentes às

---

[15] Veja-se o que diz Morin: "*...chego ao ponto crucial — para mim — que é a idéia de comunidade/sociedade científica. Como já disse, o pensamento científico não comporta só themata, metafísicas, postulados, com base nas teorias, mas é preciso acrescentar que o conflito entre esses pontos de vista, entre themata e entre teorias que exprime e, no fundo, explica a vitalidade e o desdobramento da ciência, seja numa forma evolutiva, evolucionista, seja numa forma revolucionante ou revolucionária*" (Morin, 1966, p. 52).

[16] A alienação é o fundamento ontológico tanto do modelo "hard science", que se contenta na relação de alheamento entre o cientista e objeto econômico, quanto do modelo "soft science" que se rebela romanticamente contra ela, desejando superá-la por meio de uma compreensão empática da obra de certos autores excepcionais — os clássicos.

[17] Conforme Palmer, a primeira posição, cuja origem remonta a Schleiermacher e Dilthey, encontra-se hoje associada às investigações que buscavam encontrar uma metodologia para as chamadas "ciências do espírito" que rivalizasse com a metodologia das ciências naturais, enquanto que a segunda, cuja origem está em Heidegger e Gadamer, aparece nas preocupações atuais com a compreensão da própria condição humana num mundo dominado pela ciência e pela tecnologia.

disciplinas sociais e históricas com o propósito de formular um corpo de regras mediante as quais fica sistematizado o acesso às objetivações, ou seja, às ações, produções e criações humanas em geral. A outra busca questionar filosoficamente o próprio "fato" da interpretação, admitindo de saída que ela faz parte da compreensão e que esta vem a ser sempre um evento histórico de atualização ou "presentificação" de algo engendrado na própria história. Como a sua perspectiva é interna ao acontecer temporal das manifestações simbólicas que constituem o social, esta última questiona a própria possibilidade de que as interpretações possam almejar tal espécie de validade objetiva. Para ela, pensar tal possibilidade é já se situar em um ponto de vista exterior à história.

É importante, agora, mencionar a crítica que a hermenêutica filosófica faz à metodológica. Considera que o seu defeito maior vem a ser justamente buscar se valer de um método para garantir que as interpretações sejam consideradas objetivamente válidas. Tal modo de proceder a vincula ao cartesianismo, ou seja, ao pensamento que separa sujeito e objeto e que, depois, busca um fundamento seguro para o que julga saber e só se contenta com a certeza subjetiva. Em sua perspectiva, trata-se de um modo de pensar tecnológico, interessado no domínio dos funcionamentos naturais e sociais, e que, justamente por isso, só se satisfaz com "evidências". Dito de outro modo, só se satisfaz com o que não depende da mediação de uma compreensão prévia e que, por isso, assume o caráter de algo imediatamente dado. É assim que o subjetivismo, ou seja, o pensamento radicado na consciência subjetiva, requer o objetivismo.

A hermenêutica filosófica considera, romanticamente é certo, que o método — ainda que o saber científico a ele associado possa levar efetivamente ao domínio técnico dos processos naturais e sociais — não vem a ser um caminho para a verdade. Esta só pode emergir por meio da compreensão que entende, não como o operar da subjetividade que enfrenta a objetividade, mas como a enunciação dos significados que emanam do mundo da vida social e cultural. Segundo Gadamer — o autor que mais contribuiu para incorporar a hermêutica nas reflexões contemporâneas —, a compreensão é um *"penetrar no acontecer da tradição"* que define o próprio modo de ser do homem[18]. Antes de passar adiante, deve-se notar que não há muita dúvida hoje de que a hermenêutica filosófica está correta na crítica ao objetivismo e ao absolutismo metodológico. Ainda que ela reconheça a necessidade da adoção de procedimentos seja no âmbito das ciências em geral seja no âmbito dos saberes humanísticos — procedimentos estes que considera interiores ao processo da compreensão —, é possível argumentar que vai longe demais na rejeição ao pensamento metódico.

As concepções de Gadamer podem ser entendidas como um solo ontológico para certas conclusões a que chegaram, de modo independente, as reflexões sobre o evolver da ciência moderna. Como é bem sabido, a crítica que se inicia com Popper ao objetivismo, chega a um ponto de não retorno com a crítica de Kuhn ao metodologismo. Torna-se, então, patente que não há um algoritmo capaz de separar o conhecimento científico do que assim não pode ser chamado (ou seja, tudo o que não é empiricamente significativo, metafísico) e capaz de possibilitar a escolha de teorias, mesmo no campo das ciências naturais. Nesta virada que deixou o positivismo para trás, estas ciências ganham inclusive uma nova imagem, perdendo grande parte da dureza que se acreditava que possuiam: os fatos deixam de ser vistos como independentes da teoria; as teorias deixam de ser encaradas como construções externas aos fenômenos que os espelham, para se tornarem o próprio modo pelo qual a natureza aparece para o homem; a linguagem da ciência passa a ser enxergada como metafórica e inexata, mesmo se é compatível com um grau crescente de formalização; os significados dos termos passam a ser encarados como dependentes da própria teoria, de sua estrutura conceitual, não sendo mais tomados como expressão imediata de observações.

No chamado pós-positivismo, o entendimento do processo de evolução das ciências em geral passa de uma abordagem que se concentra na lógica da pesquisa científica e no

---

[18] *"A abordagem de Gadamer"* — diz Palmer — *"está pois mais próxima da dialética socrática do que do pensamento moderno, manipulativo e tecnológico. A verdade não se alcança metodicamente, mas dialéticamente; a abordagem dialética da verdade é encarada como a antítese do método; ela é de fato um meio de ultrapassar a tendência que o método tem de estruturar previamente o modo individual de ver. Rigorosamente falando, o método é incapaz de revelar uma nova verdade; apenas explicita o tipo de verdade já implícita no método"* (Palmer, 1986, p. 169-170).

deslocamento da fronteira do conhecimento para outra que se vale antes da história da própria ciência. Trata-se, agora, de compreender como mudam os "paradigmas científicos", como a prática da "ciência normal" é rompida pelas "revoluções científicas"; como este paradigmas mostram-se incomensuráveis entre si, para penetrar neste processo de mudança recorre-se conscientemente ao mundo da vida e à linguagem natural, ressalta-se em conseqüência o papel da hermenêutica e da retórica[19]. Nota-se, então, que os padrões e preceitos da pesquisa científica estão sujeitos a mudanças no próprio curso do desenvolvimento da ciência. Neste processo de abertura, presta-se atenção para as modificações históricas nos critérios de validação do conhecimento científico, sem buscar separá-los da prática social em que se originaram e em que acabaram intervindo.

Ora, tudo isto ganha um sentido mais profundo diante do advento da hermenêutica filosófica que veio ao encontro da reflexão sobre o processo da compreensão com uma mensagem de cunho ontológico: ela está implicada no próprio modo de ser do homem no mundo. A compreensão, segundo ela, não é uma operação intelectual que vem depois dos acontecimentos da vida social para esclarecê-los, mas algo que sempre os acompanha e que é inerente à sua própria constituição. Eis que isto tem conseqüências radicais não só na Filosofia, mas também no âmbito das ciências natural e social. Sob o seu visor, a compreensão das ciências em geral sofre uma transformação de fundo. Fica fica claro que elas, apesar de se constituirem historicamente por meio de um deslocamento que busca uma certa independência em relação ao mundo da vida social e cultural, continuam mantendo uma dimensão hermenêutica. Em conseqüência, como elas nunca se purificam do caráter histórico de toda interpretação e compreensão, engendra-se uma nova visão de ciência a qual requer uma ruptura completa com o cartesianismo.

Nesta perspectiva, o conceito cartesiano moderno por excelência de razão sofre um abalo profundo. A razão não pode mais ser entendida como uma capacidade que transcende o contexto social e a história. Na palavras de um comentador, agora *"a razão é histórica ou razão situada que manifesta o seu poder característico sempre dentro de uma tradição viva"* (Bernstein, 1988, p. 37). Ao apreender o homem como um ser que se move no interior da linguagem, como um ser lingüístico por excelência, a hermenêutica filosófica vem à Filosofia para defender a primazia da compreensão ou, o que é o mesmo, para dar suporte à tese de sua própria universalidade. É preciso então abandonar a perspectiva moderna de que a razão é uma força que combate a autoridade da tradição, optando por uma visão conservadora da história? *"Não há dúvida"* — segundo Habermas — *"que o conhecimento se enraíza na tradição fática; ele permanece ligado a condições contingentes. Mas a reflexão não trabalha na faticidade das normas transmitidas sem deixar vestígios. Ele é condenada a chegar depois, mas, ao olhar para trás, desenvolve uma força retroativa"* (Habermas, 1987b, p. 18).

A pretensão de universalidade da hermenêutica, explicitamente defendida por Gadamer, encontrou, por isso, em Habermas um opositor e um crítico agudo. Ainda que este último autor tenha concordado sempre com a tese segundo a qual todas as ciências sociais tem uma dimensão compreensiva, ele considerou importante chamar a atenção para os limites da hermenêutica. Esta perspectiva, segundo ele, tende a distorcer o papel da ciência na vida social, porque não pode abarcar as linguagens especializadas que se afastaram do mundo da vida e porque não possui uma função crítica explícita. Habermas vê sentido em *"conceber a linguagem com uma espécie de meta-instituição, da qual dependem todas as instituições sociais...* [mas, como também aponta] *...a linguagem também é medium de dominação e poder social... a linguagem também é ideológica"* (Habermas, 1987, p. 21). Ademais, deve-se notar que a ciência moderna não é algo puro que está acima de qualquer suspeita. Veja-se que ela é um acontecimento no plano do conhecimento que tem como contrapartida a diferenciação do sistema econômico em relação ao mundo da vida, no plano da sociedade, e que por isso mesmo contém uma intransparência constitutiva (Prado, 1996a e 1996b).

Para Habermas, a consciência hermenêutica destrói o objetivismo, *"recorda às ciências sociais os problemas que resultam da preestruturação simbólica do seu domínio de objetos"*, mostra que *"a legitimação das decisões que determinam a escolha de estratégias*

---

[19] Note-se, aqui, com Habermas, que a hermenêutica e a retórica são desenvolvimentos reflexivos que abrangem competências inerentes ao uso das linguagem naturais (Habermas, 1987, p. 26-33).

de pesquisa, a construção e os métodos de revisão de teorias, e assim o progresso da ciência, é dependente das discussões da comunidade dos pesquisadores" (Habermas, 1987, p. 35). Ademais, ela é importante na religação das linguagens das disciplinas científicas cada vez mais especializadas e mais herméticas com o mundo da vida dos participantes em geral das sociedades. Assim, a intenção hermenêutica cumpre bem o seu papel quando se trata de superar as distâncias que abalam a comunicação, mas ela falha e conduz a reflexão por caminhos obscuros quando a própria linguagem encontra-se distorcida.

As conseqüências dessas considerações são amplas. Aqui, entretanto, tendo em vista o texto de Arida, vai se enfatizar os limites da hermenêutica na compreensão da ciência econômica. A hermenêutica não pode abarcar totalmente nem a microeconomia, que trata da ação econômica e de suas consequências, nem a macroeconomia, que concerne aos comportamentos agregados do sistema econômico, porque estes ramos do conhecimento combinam procedimentos analíticos com procedimentos hermenêuticos. A medida em que estas disciplinas compartilham com as ciências naturais a característica de terem se constituído historicamente por meio de um afastamento do mundo da vida, afastamento este que se caracteriza sobretudo pelo recurso à linguagem demonstrativa, pela orientação metódica e por uma preocupação com a validação empírica, elas escapam em certa medida da compreensão hermenêutica[20].

Para compreender tais modalidades de ciência econômica é preciso ver que elas se compõem de uma estrutura formal — no limite, esta estrutura se apresenta como uma axiomática —, e de maneiras de interpretação desta estrutura, sem no entanto imaginar que estes duas componentes podem ser disjuntas na perspectiva da compreensão. A estrutura formal é constituída por conceitos, supostos e relações que têm caráter de definição e que não são nem verdadeiras nem falsas. A sua função é estabelecer uma sintaxe especializada, monológica, que se conforma sempre que possível aos cânones das matemáticas. Já os modelos e as teorias (que aqui se entende como um conjunto de pressuposições, conceitos e de relações capazes de gerar uma classe aberta de modelos) formam-se pela adição de interpretações às estruturas formais, interpretações estas que procuram atribuir sentidos aos termos, fazendo referências hipotéticas ao mundo e às relações que aí se observam.

É preciso mencionar aqui que a Economia, tal como qualquer outra ciência social, tem uma dimensão hermenêutica dupla, a qual se caracteriza pelo fato de que aí se interpreta — diferentemente do que ocorre nas ciências naturais — o que se acha previamente interpretado. Eis que a realidade social é realidade estruturada simbolicamente, constituída como tal pela atividade humana. De qualquer modo, os seus modelos e teorias contém proposições, algumas das quais são de certo modo observáveis. Estas consistem de asserções que mencionam algo no mundo social (e que se manifestam por meio de símbolos que têm algum suporte no mundo natural), tais como preços, comportamentos, meios de produção, instituições etc., as quais podem estar ou não em conformidade com a realidade empírica. Há ademais em Economia asserções que dizem respeito às motivações, às expectativas e à racionalidade dos agentes, as quais não são observáveis, mas podem ser apreendidas por meio de um processo interpretativo mais complexo do que aquele que ocorre no caso anterior.

A distinção entre estrutura formal e modelo teórico leva, pois, a compreender porque a microeconomia e a macroeconomia têm tanto uma dimensão analítica quanto uma dimensão discursiva inerente. Ademais, como ela é uma ciência atravessada por intenção prática,mesmo na exposição de suas teorias mais abstratas há que se reestabelecer alguma conexão com o mundo da vida. Nesta ótica, deve se entender as estruturas formais como analíticas e os modelos e teorias que os englobam como discursos que, além de um conteúdo semântico específico, têm também uma dimensão retórica.

Adicionando uma razão a mais para enfatizar o caráter hermenêutico e retórico da ciência econômica, Hausman e McPherson argumentaram convincentemente que ela

---

20 *"... é evidente"* — segundo Habermas — *"que a ciência moderna pode legitimamente pretender chegar a enunciados verdadeiros sobre 'as coisas' através de procedimentos monológicos, em vez de atentar para o espelho do discurso humano: ou seja, erguer teorias construídas monologicamente e apoiadas em observações controladas. Dado que os sistemas científicos de enunciados hipotético-dedutivos não são elementos do discurso, as informações que podem ser derivadas destes sistemas se afastam do mundo da vida articulado em linguagem natural"* (Habermas, 1987, p. 36-37).

encontra-se ligada indissoluvelmente à filosofia moral, já que o conceito de racionalidade é sempre expressivo e normativo — de um lado, demanda sempre a aprovação e, de outro, afirma o comportamento que explica como uma virtude moral (Hausman & McPherson, 1996). Deste modo, eles coincidem com Habermas ao interpretar as teorias econômicas como exposições explanatórias relacionadas às decisões racionais com relação a fins dotadas de caráter normativo e analítico. Nesta perspectiva, deve-se entender *"a teoria econômica como uma arte formalizada que oferece uma base axiomática e dedutiva para a deliberação e o assessoramento econômico"* (Habermas, 1988, p. 124-135).

Uma conseqüência importante desta conclusão é que, na ciência econômica, não se julga apenas a adequação das suas proposições empíricas, mas também a razoabilidade de certas asserções aí feitas sobre a motivação, as expectativas e a racionalidade dos agentes. Isto não implica, entretanto, que é permitido aos economistas violar a lógica, passando de proposições sobre o que é para afirmações sobre o que deve ser. Implica, isto sim, que as descrições e explanações econômicas estão intimamente comprometidas com valores e normas e com a transformação do que existe em algo que se julga que deve existir.

A dimensão analítica e metódica da ciência econômica não pode, pois, ser desprezada. Um prova disto encontra-se na posição de McCloskey[21], que se rebela não só contra o metodologismo mas também, com certa ambigüidade, contra a metodologia (Boylan & O'Gorman, 1995, p. 36-43). Em sua opinião, por exemplo, *"o que distingue o que é bom ou ruim num discurso bem informado, então, não é a adoção de uma particular metodologia, mas as tentativas sérias e inteligentes de contribuir para a conversação"* (McCloskey, 1985, p. 27). Ao invés de se preocupar com os procedimentos metódicos da ciência econômica, este autor propõe que se deve abordá-la como um saber compreensivo que depende de originalidade, criatividade e de imaginação: *"A retórica"* — diz McCloskey num estilo pirotécnico — *" é um modo literário de examinar a conversação de economistas e de matemáticos assim como de poetas e novelistas"* (McCloskey, 1985, p. 28). A conseqüência desta posição contextualista, dentro da qual a Economia acaba perdendo a sua referência à objetividade, é a identificação da ciência com a literatura e o entendimento dos modelos econômicos como metáforas não ornamentais (ou seja, que têm sentido cognitivo).

Assim, em nome de uma idéia utópica de comunidade — veiculada pelo pragmatismo de Rorty em consonância com a hermenêutica de Gadamer, e adotada por McCloskey —, em que o diálogo universal prevalece ou pode vir a prevalecer apenas por meio de exortações de ordem moral, como num passe de mágica, some-se com o caráter operativo inerente à ciência econômica como tal.

Por outro lado, a dimensão hermenêutica da ciência econômica também não pode ser desconsiderada. Mas isto não significa apenas enfatizar a importância da linguagem econômica, encarando-a, entretanto, como mera mediação entre a mente do economista e a realidade do sistema. É por isso que Fonseca[22] (1996, p. 255-256), mesmo indo mais longe do que Schumpeter (1954, p. 4-6), não chega ao ponto de mostrar a importância decisiva da história do pensamento econômico neste campo do conhecimento. A história do pensamento econômico está para os economistas assim como o ar está para a respiração. Ela é um *medium* de saberes intersubjetivamente compartilhados, dentro do qual os especialistas deste ramo se movem — ou seja, constroem modelos, testam proposições, descrevem comportamentos, explicam ocorrências, discutem e entram em controvérsias.

Os economistas devem estudar história do pensamento econômico porque este é o único caminho que pode levar a uma compreensão abrangente, não meramente técnica, da ciência no seu estado atual — coisa que o modelo "hard science" se recusa a fazer. Nesse sentido, ela não deve ser visitada como um museu das teorias que de algum modo foram

---

[21] McCloskey se inspira no neopragmatismo de Rorty, o qual — segundo o próprio Rorty — é convergente com a hermenêutica de Gadamer (Rorty, 1979, p. 315-356).

[22] A partir da pergunta *"para que serve a HPE?"*, Fonseca responde o seguinte: *"porque é somente mediante o estudo de HPE que podemos alcançar alguma compreensão de como a disciplina se transformou naquilo que é hoje, e isto aumenta o nosso conhecimento de seus métodos, limites, problemas e resultados"* (Fonseca, 1996, p. 255). Assim, ele concebe a HPE defensivamente como um saber auxiliar que serve ao saber principal, ou seja, a teoria econômica. Aqui se defende a idéia de que a teoria econômica sem a história do pensamento econômico sofre de uma cegueira parcial.

ultrapassadas — tal como Arida acentua —, seja por mera curiosidade seja para obter "insights" que ajudam a entender e a transformar a economia do presente. O economista deve se voltar para esta disciplina para aplicá-la ao melhor conhecimento do estado atual do conhecimento, para compreender melhor os modelos e teorias do presente, os quais não deixam de se constituir como um momento do acontecer das tradições, que vem aprimorá-las, expandi-las ou mesmo refutá-las. Sem esse saber que busca a superação dos distanciamentos semânticos, não pode haver discussão e diálogo entre as diferentes tradições que habitam este campo do conhecimento. Não pode haver, também, em conseqüência, resolução de controvérsias.

7. A sondagem reconstrutiva

A retificação de direção a que se chegou até agora não resolve, porém, todos os problemas do texto de Arida. É preciso se preocupar, agora, seguindo ainda os seus passos, com a questão da *"cientificidade do saber econômico"*, já que este saber pretende apreender acima de tudo os funcionamentos do sistema econômico e, por isso, não pode se despedir da pretensão de verdade. Arida, como já se indicou, recorre a Habermas para enfrentá-la: *"a comunidade dos cientistas"* — afirma — *"debate sob o pressuposto da comunicação ideal... ao invés de um operador de verdade aplicado a sentenças, temos uma abertura à verdade como disposição de renúncia à posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca... a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica"* (Arida, 1991, p. 30). Sem dar importância aqui à contradição entre "verdade como disposição de renúncia" com "evidência contrária inequívoca" contida em seu texto, é preciso mencionar que Arida caminha no sentido correto ao colocar em primeiro plano, na discussão da questão da verdade, o nivel pragmático e não o nível semântico da linguagem econômica, deslocamento este que evita qualquer forma de fundamentalismo epistemológico.

As afirmações de Arida requerem, em primeiro lugar, que se faça um esforço para entender a teoria da argumentação sugerida por Habermas, que se encontra na introdução da *Teoria do agir comunicativo*. Conforme este autor — que aqui não difere de Perelman —, a argumentação não pode ser apreendida nos cânones da lógica formal, sob as categorias de validade dedutiva ou de inferência indutiva. Para ele, esta só pode ser tratada numa perspectiva que remonta a Aristóteles e em que se faz distinção entre as três seguintes dimensões pragmáticas que lhes são inerentes: a retórica, a dialética e a lógica. A argumentação pode ser considerada, pois, em primeiro lugar, como processo para se estudar as condições formais das discussões realmente produtivas; esta é a dimensão em que manifesta a sua força retórica. Em segundo lugar, ela pode ser tratada como procedimento para se investigar os pressupostos mais gerais sob os quais os interlocutores interagem para chegar a um acordo; está é a dimensão em que mostra o seu caráter dialético. Finalmente, a argumentação pode ser compreendida como produto para se examinar a consistência interna e externa de seus termos; nesta dimensão, a argumentação revela a sua forma lógica.

Habermas interessa-se pela teoria da argumentação dentro de um projeto mais amplo de elaborar uma teoria crítica da sociedade sustentada na possibilidade de um diálogo sem constrangimentos, voltado para o entendimento, e com base na competência comunicativa da espécie humana. Para tanto, busca construir o que chama de uma pragmática universal *"cuja tarefa... é identificar e reconstruir as condições universais do entendimento possível"* (Habermas, 1976, p. 1). Dois conceitos que se amparam mutuamente vão se constituir nos pilares desta construção que busca uma nova forma de relacionar teoria e práxis: agir voltado para o entendimento e razão comunicativa. Antes de apresentá-los, é necessário entender a estrutura básica dos proferimentos argumentativos.

Para fornecer aqui um esboço da pragmática universal, é preciso notar, agora, que a argumentação — para este autor — é entendida como algo constituído por unidades pragmáticas denominadas "atos de fala" e constituídas por uma estrutura dúplice. Elas consistem numa frase executiva[23] e numa frase com conteúdo proposicional. Seja o seguinte exemplo em que as duas frases encontram-se explícitas: "eu afirmo para você que a flor é

---

[23] O termo "executiva" aqui é tradução do termo inglês *"performative"*, o qual foi criado por Chomsky e empregado sistematicamente por Austin e Searle na chamada teoria dos atos de fala.

vermelha"; por meio da frase "eu afirmo para você", a qual poderia estar implícita no proferimento, é estabelecido um nexo intersubjetivo entre o falante e o seu ouvinte. Já a frase "a flor é vermelha" é feita referência a algo no mundo natural com o objetivo de chegar a um entendimento sobre este algo (trata-se de uma flor e esta flor é da cor vermelha). Habermas refere-se a esta composição dos atos de fala dizendo que ela implica, simultaneamente, num uso comunicativo e num uso cognitivo da linguagem.

Ao empregar a linguagem de um modo cognitivo, falantes e ouvintes estão buscando um entendimento sobre objetos, estados ou relações; ela funciona então como um meio para atingir um fim: a transmissão de um conteúdo proposicional. Por outro lado, ao usar a linguagem comunicativamente, os interlocutores estão procurado estabelecer entre si um nexo intersubjetivo; o meio, agora, é o conteúdo proposicional e o fim é a própria comunicação. Para empregar corretamente a linguagem nestes dois planos, os atores, segundo Habermas, têm de dispor de uma competência comunicativa, ou seja, têm que ter uma capacidade de empregar um sistema de regras que permanecem implícitas nos proferimentos e que pode ser reconstruído.

Tal reconstrução tem em comum com a hermenêutica o fato de que ambas se referem em geral a um conjunto de objetos estruturados simbolicamente e, em particular, a textos que precisam ser compreendidos. Enquanto que a hermenêutica, orientando-se pelo interesse em estabelecer ou restabelecer a comunicação em situações em que esta se encontra interrompida, visa as manifestações simbólicas particulares e concretas, permanecendo no nível semântico da linguagem, o procedimento reconstrutivo, situando-se no nível pragmático, busca apresentar a estrutura profunda das ordens simbólicas, ou seja, o sistema de regras por meio das quais as manifestações são produzidas, sem que os atores tenham consciência de sua existência. O interesse deste último tem uma dimensão universal pois se refere ás condições de todo entendimento possível. Habermas supõe aqui que existe um saber implícito de regras, algo que permanece "às costas" dos sujeitos, e que este saber é uma capacidade universal, uma competência geral da espécie humana.

É preciso notar que Habermas distingue dois tipos de ação social que se remetem à distinção aristotélica entre *práxis* e *poiesis*: a ação comunicativa e a ação estratégica, as quais envolvem distintos conceitos de racionalidade. Na ação do primeiro tipo, a comunicação volta-se para o entendimento, para a compreensão e o consenso, enquanto que na ação do segundo tipo, ela se dirige para garantir a vitória e o sucesso — neste caso, os termos do entendimento possível, quando ele é possível, são tomados como dados e ele próprio se configura como uma situação de interesses em equilíbrio. Para ele, a ação do primeiro tipo pode ser espontaneamente consensual, caso em que as condições subjacentes do acordo estão pressupostas, mas pode também ser intencionalmente orientada para o entendimento, situação que ocorre quando as condições do acordo são explicitamente problematizadas.

Para desenvolver a sua teoria geral da argumentação, Habermas emprega o método reconstrutivo. Assim, na dimensão antes referida da argumentação como procedimento, vem sugerir que há universais pragmáticos, ou seja, que existem certas regras de vinculação intersubjetiva presentes em toda comunicação e que elas participam da própria constituição das condições em que qualquer discussão ou diálogo se trava. São eles: a) a pretensão de compreensibilidade, segundo a qual a mensagem contida no proferimento é inteligível para as partes; b) a pretensão de verdade que se refere aos conteúdos cognitivos veiculados nas interações linguísticas; c) a pretensão de correção que se reporta ao conteúdo valorativo e normativo dos proferimentos que mencionam algo no mundo social; e d) a pretensão de sinceridade que se refere á substância das emissões expressivas que manifestam conteúdos do mundo subjetivo dos falantes e ouvintes.

No desenvolvimento de sua teoria, agora na dimensão da argumentação como processo, Habermas apresenta como elemento constituinte importante o que denomina de situação de fala ideal. É ela que se constitui no elemento crítico de sua teoria, pois sem pretender ser uma forma de vida concreta, prefigura de modo formal uma situação em que as relações entre os homens estão isentas de coação, exceto a coação do melhor argumento. *"A situação de fala ideal"* — para fazer uso de suas próprias palavras — *"não é um fenômeno empírico, nem tampouco um simples constructo, mas uma suposição que fazemos inevitavelmente quando entramos em processos discursivos. Esta suposição pode ser contrafactual, mesmo que não seja necessariamente contrafactual. Entretanto, quanto é feita*

contrafacticamente, ela constitui uma ficção que opera ativamente no processo da comunicação" (apud Siebeneichler, 1989, p. 104).

A situação de fala ideal configura-se por meio de quatro postulados: a) postulado da igualdade comunicativa, segundo o qual todos os possíveis participantes do discurso argumentativo devem ter igual oportunidade de usar atos de fala comunicativos; b) postulado da igualdade de fala, pelo qual todos os participantes devem ter a mesma oportunidade de apresentar interpretações, fazer asserções, propor recomendações, explicações e justificações, bem como colocar as pretensões de validade acima referidas em questão; c) postulado da veracidade e sinceridade, segundo o qual os falantes aceitos no discurso devem ter a mesma possibilidade de usar atos de fala que expressam idéias, sentimentos e intenções pessoais; e d) postulado da correção de normas, segundo o qual os agentes devem ter igual oportunidade de empregar atos de fala que veiculam permissões, proibições, promessas etc (Siebeneichler, 1989, p. 105).

Na dimensão do produto, Habermas pressupõem que continuam válidos os recursos tradicionais da lógica e que eles tem força nos processos argumentativos. Proferimentos que apresentam contradições ou incompatibilidades seja entre os termos seja entre as frases devem ser evitados pelos agentes competentes comunicativamente; se, entretanto, eles aparecem numa comunicação voltada para o entendimento devem ser objeto de uma crítica que visa reconstituir as condições formais do diálogo.

A teoria da argumentação de Habermas culmina com a teoria da verdade consensual, a qual se guia pelo seguinte princípio: *"a idéia de verdade somente pode ser desenvolvida se for pressuposta o resgate discursivo de pretensões de validade"* (apud Siebeneichler, 1989, p. 99) — princípio este que implica, primeiro, na rejeição da noção clássica de verdade como correspondência e, segundo, na afirmação de que tal questão deve ser determinada com relação à argumentação.

Para entender estas afirmações é preciso distinguir, mais uma vez, a adequação que se situa no nível semântico, da verdade, que se acha no nível pragmático da linguagem. A adequação é algo que aparece na relação entre o mundo subjetivo do cientista e o seu objeto e, por esta razão, manifesta-se como correspondência da proposição com a realidade empírica e como convicção subjetiva. Já a verdade, para Habermas, não se aplica aos conceitos, às proposições enquanto tais, ou seja, enquanto signos portadores de conteúdos semânticos. Ela se aplica aos proferimentos que introduzem sentenças com conteúdo empírico apresentados num meio dialógico (ou seja, numa comunidade/sociedade), em que se discute temas gerais ou temas científicos.

Para este último autor, a verdade é a pretensão de validade associada a atos de fala constatativos, pretensão esta que surge quando uma questão sobre fatos é problematizada, requerendo justificação por meio de argumentos. No caso da ciência social, é preciso ver que não se busca somente a verdade, mas também a correção normativa, pois as discussões nesta esfera, com base em proposições sobre o mundo social, são empregados atos de fala regulativos ou valorativos. Este é o caso quando se propõe que os agentes econômicos buscam a própria satisfação e são dotados de racionalidade instrumental. Em ciência social não se busca apenas relevância empírica — o que toda ciência faz — mas também se procura relevância normativa.

Logo, pode-se concluir que é possível encontrar compatibilidade entre a perspectiva metodológica construtivista e a teoria da comunicação de Habermas[24]. As pretensões de validade não podem, entretanto, ser reivindicadas para as construções teóricas como um todo, mas apenas para as asserções referidas ao mundo natural e ao mundo social, numa perspectiva pragmática.

Voltando ao texto de Arida, é preciso ver agora que ele tem razão quando afirma, numa perspectiva habermasiana, que os economistas debatem — quando debatem — sob o pressuposto da comunicação ideal — ainda que, com freqüência, isto esteja contra os fatos. Esta afirmação, porém, idealiza o que efetivamente ocorre na esfera das discussões nesse meio acadêmico, se não for complementada com a observação, facilmente comprovável, que

---

[24] Esta afirmação é feita aqui com um certo cuidado já que envolve um conhecimento filosófico que o autor não julga ter. Entretanto, pareceu plausível depois da leitura de um texto de Ferrara sobre o tema (Ferrara, 1987).

esta esfera se apresenta muitas vezes como um campo conflagrado em que a linguagem é empregada com o objetivo de vencer e de ser bem sucedido — um uso estratégico, não comunicativo, portanto. Aí, como em outras ciências sociais, observam-se procedimentos que violam a ética comunicativa seja porque se procura desqualificar os adversários seja porque se faz um esforço para silenciar as vozes minoritárias, sob alegações de ordem política, ideológica ou mesmo acadêmicas. Assim, a resolução das controvérsias em Economia encontram-se muitas vezes obstadas, porque os próprios economistas não querem abandonar as suas posições mesmo *"diante de evidência contrária inequívoca"*.

Arida, nesse sentido, não deveria ter dito apenas que falta aí um referencial epistêmico comum, teórico ou metodológico, para a mútua compreensão e para a eventual solução das controvérsias. Poderia ter dito, também, que há muita falta de comunicação entre as diferentes tradições que habitam este campo do conhecimento. Mais do que isto, poderia ter dito também que, em virtude do caráter político da ciência econômica, observa-se aí muitas vezes, também, falta de vontade de participar de um entendimento voltado para o consenso e que esta prática se mostra pelo uso estratégico — não comunicativo, portanto — da linguagem econômica e da linguagem natural. E que isto que justifica a existência da crítica de ideologia no campo dos estudos econômicos.

Indicou-se no início deste artigo que Arida apontava para questões importantes, ao lembrar a centralidade da retórica e da hermenêutica na resolução de controvérsias em Economia. Chegando ao final do artigo, é o momento de reavaliar o seu trabalho como um todo. Isto aqui se faz sob a suposição de que ele se esforçou para elaborar uma pragmática formal do discurso econômico, procurando reconstituir as regras que regem a elaboração de uma argumentação eficaz na resolução das controvérsias. Nesse sentido, o seu esforço configura-se como insuficiente. A medida que pretende consensualidade para o conjunto das regras, opina-se aqui que ele fracassa. Entretanto, o texto de Arida é precioso na medida em que caminha no sentido correto ao chamar a atenção para a necessidade de estabelecer um "diálogo" entre a teoria econômica e a história do pensamento econômico.

Como o saber econômico é falível e não pretende chegar à certezas, o seu valor de conhecimento é sempre provisório e nunca pode ser afirmado de um modo independente da própria argumentação e das pretensões de validade acima referidas. Em particular, as pretensões de verdade e de correção normativa associadas a certos elementos das teorias são cruciais, mas elas não se constituem como conformidade às regras da boa retórica — ou da boa dialética. A verdade se associa às frases constatativas e a correção normativa se associa as frases regulativas empregadas na conversação científica. A ciência, diferentemente da literatura, tem um compromisso com a objetividade. A conformidade do discurso científico à boa retórica, à dialética e à lógica, entretanto, contribui para dar plausibilidade para os modelos e as teorias como conhecimento; os padrões de cientificidade aí envolvidos, os quais dependem, sem dúvida, de regras generativas implícitas, podem vir a ser problematizados passando, então, a serem negociados internamente às discussões travadas entre economistas e mesmo com os participantes da sociedade em geral.

Referências bibliográficas

ALDRIGUI, D. M. & C. SALVIANO, A grande arte: a retórica para McCloskey. In: *Retórica na Economia.* Org. J. M. Rego. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 81-97.

ANUATTI NETO, F., *Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas.* São Paulo: IPE/USP, 1994 (tese de doutoramento).

ARIDA, P., A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In*: Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico.* São Paulo: Bienal, 1991, p. 1-41.

_____, Persio Arida. In: *Conversas com economistas brasileiros.* Org.: C. Biderman, L. F. L. Cozac e J. M. Rego. São Paulo: Editora 34, 1996.

BERNSTEIN, R. J., *Beyond objetivism and relativism — science, hermeneutics and praxis.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

BOLAND, L. A., *The foundations of economic method.* Londres: George Allen & Unwin, 1982.

_____, Scientific thinking without scientif method — two views of Popper. In: *New directions in economic methodology*. Ed. R. E. Backhouse. Londres: Routledge, 1994.

BOYLAN, T. A. & O'GORMAN, P. F., *Beyond rhetoric & realism in Economics — towards a reformulation of economic methodology*. Londres: Routledge, 1995.

BROWN, V., The economy as text. In: *New direction in economic methodology*. Ed. R. E. Backhouse, p. 368-382.

DUPUY, J-P, Convention et common knowledge. In: *Revue Économique*, vol. 40 (2), março de 1989, p. 361-400.

FERRARA, A., A critique of Habermas's consensus theory of truth. In: *Philosophy & Social Criticism*, vol. 13 (1), 1987, p. 39-67.

FONSECA, E. G., Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. In: *Estudos Econômicos*, vol. 26 (2), maio-agosto de 1996, p. 235-259.

GRANGER, G. G., *Méthodologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

KNUDSEN, C., Equilibrium, perfect rationality and the problem of self-reference in Economics. In: *Rationality, institution & economic methodology*. Ed. U. Maki, B. Gustafsson e C. Knudsen. Londres: Routlege, 1993, p. 133-170.

HABERMAS, J., What is universal pragmatics? In: *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press, 1979.

_____, *Teoria de la accion comunicativa — racionalidad de la acción y raionalización social*. Madrid: Taurus, 1987a.

_____, *Dialética e hermenêutica — para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987b.

_____, *La lógica de las ciencias sociales*. Madrid: Tecnos, 1988.

HAUSMAN, D. M. & MCPHERSON, M. S., *Economic analysis and moral philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PALMER, R. E., *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1986.

PERELMAN, C. e L. OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da argumentação — a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MÄKI, U., How to combine rhetoric and realism in the methodology of Economics. In: *Economic and Philosophy*, vol. 4, 1988, p. 89-109.

MCCARTHY, T., The critical theory of Jürgen Habermas. Camabridge, Mass.: MIT Press, 1978.

MCCLOSKEY, D. N., *The rethoric of economics*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1985.

MORIN, E., *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PRADO, E. F. S., O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. In: *Estudos Econômicos*, maio-agosto de 1996, p. 201-234.

_____, O caráter monológico da racionalidade neoclássica. In: *Estudos Econômicos*, número especial de 1996, a sair.

_____, *Economia como ciência*. São Paulo: IPE/USP, 1991.

RICOEUR, P., *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RORTY, R., *Philosophy and the mirror of nature*. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

RUTHERFORD, M., *Institutions in Economics — the old and the new institutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SAMUELSON, P. A., *Fundamentos da análise econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, J. A., *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1954.

SIEBENEICHLER, F. B., *Jürgen Habermas — Razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.